

São Paulo, 07 de agosto de 2017.

Informativo de Comércio Exterior  
ICE Nº 07 – Ano 03

### **Publicação de Legislação de Comércio Exterior – Julho de 2017**

#### 1- Resumo de legislação de comércio exterior no mês de Julho de 2017

- **Decreto Nº 9.091, de 11 de julho de 2017 – Publicado no D.O.U. de 12.07.2017**  
Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2353 (2017), de 24 de maio de 2017, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicável ao Sudão do Sul.
- **Decreto Nº 9.094, de 17 de julho de 2017 – Publicado no D.O.U. de 18.07.2017**  
Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9094.htm)
- **Decreto Nº 9.097, de 18 de julho de 2017 – Publicado no D.O.U. de 19.07.2017**  
Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2356 (2017), de 2 de junho de 2017, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reforça o regime de sanções aplicável à República Popular Democrática da Coreia.
- **Decreto Nº 9.107, de 26 de julho 2017 – Publicado no D.O.U. de 27.07.2017**  
Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9107.htm)
- **Decreto Nº 9.115, de 31 de julho de 2017 – Publicado no D.O.U. de 01.08.2017**  
Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada em Brasília, em 22 de novembro de 2004.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9115.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9115.htm)
- **Instrução Normativa RFB Nº 1.717, de 17 de julho 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 18.07.2017** Estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84503>

- **Instrução Normativa RFB Nº 1.720, de 20 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 24.07.2017** Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.
- **Instrução Normativa RFB Nº 1.722, de 26 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 27.07.2017** Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.681, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação das informações da Declaração País-a-País.  
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84755>
- **Portaria ALF/SPE Nº 51, de 03 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 04.07.2017** Altera a Portaria ALF/SPE nº 52, de 1 de outubro de 2010, que trata das transferências de unidades de carga entre recintos jurisdicionados a esta unidade e do atendimento aos Despachos de Trânsito Aduaneiro - DTA.
- **Portaria COANA Nº 54, de 03 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 06.07.2017** Dispõe sobre a utilização do módulo de Controle de Carga e Trânsito (CCT) para o registro da recepção em recintos aduaneiros de mercadorias a serem submetidas a despacho aduaneiro de exportação.  
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84260>
- **Portaria ALF/VCP Nº 117, de 06 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 07.07.2017** Altera a Portaria ALF/VCP nº 49, de 22 de fevereiro de 2017, que define a estrutura, disciplina as atribuições das Equipes e dos Grupos vinculados aos Serviços, às Seções e ao Gabinete da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos e delega competências.
- **Portaria ALF/VCP Nº 118, de 07 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017** Altera a Portaria ALF/VCP nº 49, de 22 de fevereiro de 2017, que define a estrutura, disciplina as atribuições das Equipes e dos Grupos vinculados aos Serviços, às Seções e ao Gabinete da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos e delega competências.
- **Portaria Conjunta RFB / SCS Nº 2.362, de 06 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017** Altera a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho

de 2012, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e dá outras providências.

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84327>

- **Portaria ALF/PCE Nº 3, de 13 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 14.07.2017** Estabelece procedimentos para a presença de carga consolidada, sem desova de contêiner, no recinto alfandegado do Porto de Pecém (3.11.14.01), nos casos em que todos os CEs MERCANTE do contêiner pertençam a um mesmo importador.
- **Portaria RFB Nº 2.384, de 13 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 14.07.2017** Dispõe sobre a participação de órgãos ou entidades da administração pública que exercem controle sobre operações de comércio exterior, no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), por intermédio de módulo complementar do OEA-Integrado.  
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84431>
- **Portaria ALF/FOR Nº 25, de 18 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 21.07.2017** Disciplina o uso dos equipamentos de inspeção não invasiva de cargas, bagagens, veículos e unidades de carga, previstos no art. 14 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, no âmbito da jurisdição da Alfândega da RFB do Porto de Fortaleza e dá outras providências.
- **Portaria ALF/SPE Nº 60, de 24 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 25.07.2017** Dispõe sobre o escaneamento de unidades de carga de exportação com destino a Europa e África – Porto de Desembarque (transbordo ou destino final).  
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=84707>
- **Ato Declaratório Executivo COSIT Nº 24, de 03 de julho de 2017 – Publicado no sítio da RFB na internet em 04.07.2017** Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de junho do ano-calendário de 2017, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.
- **Ato Declaratório Executivo COSIT Nº 25, de 10 de julho de 2017 – Publicado no sítio da RFB na internet em 11.07.2017** Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço relativo ao mês de junho de 2017.

- **Ato Declaratório Executivo COAEF Nº 3, de 14 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 17.07.2017** Institui formulário digital para a apresentação de informações pelos interessados em solicitar alteração cadastral e baixa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ a ser utilizado por empresas domiciliadas no exterior e nacionais nos casos em que especifica.
- **Ato Declaratório Executivo COSIT Nº 26, de 20 de julho de 2017 – Publicado no sítio da RFB na internet em 21.07.2017** Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de agosto de 2017.
- **Resolução CAMEX Nº 54, de 05 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 06.07.2017** Incorpora as Resoluções nos 13/17, 14/17 e 15/17 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico nacional e dá outras providências.  
<http://www.camex.itamaraty.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1877-resolucao-n-54-de-5-de-julho-de-2017>
- **Resolução CAMEX Nº 50, de 05 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 07.07.2017** Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de Ex-tarifários.  
<http://www.camex.itamaraty.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1873-resolucao-n-50-de-5-de-julho-de-2017>
- **Resolução CAMEX Nº 51, de 05 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 07.07.2017** Altera para 0% e 2% (zero e dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários.  
<http://www.camex.itamaraty.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1874-resolucao-n-51-de-5-de-julho-de-2017>
- **Resolução CAMEX Nº 49, de 05 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 07.07.2017** Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, e altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.  
<http://www.camex.itamaraty.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1872-resolucao-n-49-de-5-de-julho-de-2017>
- **Resolução CAMEX Nº 48, de 5 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 07.07.2017** Encerra a avaliação de interesse público, sem a suspensão, mas

com alteração da forma de cálculo, do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de n-butanol de que tratam a Resolução CAMEX nº 76, de 05 de outubro de 2011 (alterada pela Resolução CAMEX nº 48, de 03 de julho de 2014) e a Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016.

<http://www.camex.itamaraty.gov.br/component/content/article/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1871-resolucao-n-48-de-5-de-julho-de-2017>

- **Resolução CAMEX Nº 55, de 20 de julho de 2017 – Publicado no D.O.U. de 21.07.2017** Altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=21/07/2017>
- **PORTARIA (MRE – Secretaria-Geral das Relações Exteriores) de 29 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 05.07.2017** Cria os Consulados Honorários em: Edinburg, nos Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Hidalgo e Cameron, e subordinação ao Consulado-Geral em Houston. Orlando, nos Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Broward, Palm Beach, Martin, St. Lucie, Indian River, Brevard, Osceola e Orange, e subordinação ao Consulado-Geral em Miami.  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=56&data=05/07/2017>
- **Portaria (MRE) Nº 531, de 05 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 11.07.2017** Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/07/2017&jornal=1&pagina=41&totalArquivos=112>
- **Memorando de entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus para a criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarrussa de Cooperação Econômica – Publicado(a) no D.O.U. de 14.07.2017.**  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=14/07/2017>
- **Portaria SECEX Nº 24, de 07 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017** Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX nº 53, de 5 de julho de 2017.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=114&data=10/07/2017>

- **Portaria SECEX Nº 25, de 10 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 11.07.2017** Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX Nº 49, de 5 de julho de 2017, que “Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução Nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, e altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul”.  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=53&data=11/07/2017>
- **Portaria SECEX Nº 27, de 28 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 31.07.2017** Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, para dar nova redação ao art. 202, § 3º, inciso IV.  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/07/2017&jornal=1&pagina=308&totalArquivos=392>
- **Circular SECEX Nº 42, de 26 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 27.07.2016** Prorroga por até seis meses, a partir de 6 de agosto de 2017, o prazo para conclusão da revisão de final de período do direito de antidumping aplicado às importações brasileiras de n-butanol, usualmente classificadas no item 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias dos estados Unidos da América, iniciada por intermédio da Circular SECEX Nº 60, de 5 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 6 de outubro de 2016.
- **Portaria INMETRO Nº 19, de 09 de fevereiro de 2017 – Republicada no D.O.U. de 20.07.2017 (por incorreções na Portaria publicada no D.O.U. de 10.02.2017)** Dispõe sobre acordos ou transações e parcelamentos de débitos não tributários junto ao INMETRO, de que trata o art. 11-B da lei Nº 9.933, de 20 de dezembro de 1993.
- **Portaria INMETRO / MDIC número 185, de 06 de julho de 2017** Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) abriu consulta pública, por meio da Portaria no 185/2017, referente à criação do Programa de Análise Parametrizada para Licenças de Importação de produtos regulamentados e anuídos pelo Instituto (prazo para contribuição é de 30 dias).  
[http://www.inmetro.gov.br/legislacao/detalhe.asp?seq\\_classe=5&seq\\_ato=266](http://www.inmetro.gov.br/legislacao/detalhe.asp?seq_classe=5&seq_ato=266)  
<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pai/pdf/PAI000266.pdf>

- **CONSULTA PÚBLICA INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL Nº 2, de 27 de julho de 2017** Aberto prazo para apresentação de críticas e sugestões relativas à proposta de norma que dispõe sobre o procedimento simplificado de deferimento de pedidos de patente ( Prazo: até 21 de agosto de 2017). A proposta de norma e o formulário para o envio de manifestação estão disponíveis neste link: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/consultas-publicas>.
- **Decisão (Agência Nacional de Aviação Civil) Nº 109, de 07 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017** Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos (SP).  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=122&data=10/07/2017>
- **Decisão (Agência Nacional de Aviação Civil) Nº 110, de 07 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017** Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado em Campinas (SP).  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/07/2017&jornal=1&pagina=123&totalArquivos=216>
- **Decisão (Agência Nacional de Aviação Civil) Nº 112, de 20 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 21.07.2017** Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília (DF).  
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=207&data=21/07/2017>
- **Portaria (ANVISA) Nº 1.245, de 25 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 26.07.2017** Define os procedimentos para a restituição e/ou a compensação de valores recolhidos a maior, nos termos do §2º, artigo 8º da lei 13.202/2015, regulamentado pela Portaria Interministerial Nº 45, de 27 de janeiro de 2017, a qual dispõe sobre a atualização monetária da taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, prevista no art. 23 da Lei Nº 93782, de 26 de janeiro de 1999.
- **Portaria (ANVISA) Nº 1.244, de 25 de julho de 2017 – Publicado(a) no D.O.U. de 26.07.2017** Dispõe sobre os procedimentos para solicitação e concessão de audiências presenciais ou virtuais, por meio do Sistema Parlatório, a particulares no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

- **Portaria (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) Nº 1.277, de 06 de julho de 2017** – Publicado(a) no D.O.U. de 10.07.2017 Fica instituído, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e examinar matérias relativas ao transporte de carga indivisível.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=126&data=10/07/2017>

## 2- Dados Estatísticos de Comércio Exterior

Balança Comercial do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos se encontra disponível no website da ABIHPEC – [www.abihpec.org.br](http://www.abihpec.org.br), no ambiente do Associado. Para informações adicionais, favor contatar a Área de Comércio Exterior da ABIHPEC – Ricardo de Nobrega – Tel. 11 3372-9890 – e-mail: [ricardo@abihpec.org.br](mailto:ricardo@abihpec.org.br).

Atenciosamente,

**Ricardo de Nobrega**  
**Gerente de Comércio Exterior**

*Fontes consultadas para compilação de dados: Presidência da República, Ministério da Fazenda, Receita Federal do Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Secretaria de Comércio Exterior, Câmara de Comércio Exterior, Inmetro, INPI, Ministério das Relações Exteriores, ANAC, Anvisa, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e PATRI.*